

RAMOS, R. (2013). O papel do "Roteiro para a Ciência" presidencial em Portugal: Imagem e poder. In E. COUTO; D. ALBUQUERQUE; G. ARAÚJO (Orgs.). *Da fonologia à ecolinguística: Ensaio em homenagem a Hildo Honório do Couto*. Brasília: Thesaurus, pp. 357-377 (ISBN: 978-85-409-0212-1)

O papel do ambiente no “Roteiro para a Ciência” presidencial em Portugal. Imagem e poder

Rui Ramos

Universidade do Minho – Portugal

rldramos@ie.uminho.pt

Resumo

O presente estudo analisa e descreve o texto de apresentação de uma iniciativa presidencial em Portugal, designada “Roteiro para a ciência”, que assume explicitamente objetivos de mobilização social. Considerando que, no modelo político português, o Presidente não governa e a sua capacidade de influenciar a vida pública nacional decorre, predominantemente, do poder que souber conquistar com a sua palavra, este estudo identifica os mecanismos de construção de uma imagem de autoridade que sustente tais objetivos ilocutórios. Um dos recursos identificados consiste na forte interdiscursividade com o ambientalismo e o discurso da ciência, dos quais se dá conta, aos níveis microtextual e macrotextual.

1. Introdução e objetivos

1.1. Portugal é, do ponto de vista político-administrativo, uma república democrática constituída por quatro órgãos de soberania independentes entre si: os tribunais (poder judicial), a Assembleia da República (poder legislativo), o Governo (poder executivo) e a Presidência da República (poder moderador). Assim, o Presidente não governa o país, apesar de deter a possibilidade de vetar as leis emanadas da Assembleia da República (Parlamento) com as quais não concorde ou de dissolver o Parlamento e convocar eleições, em circunstâncias particulares. Máximo magistrado da nação, chefe supremo das Forças Armadas, o Presidente é sobretudo o símbolo, o garante derradeiro da soberania e da independência nacionais. O seu poder junto do portugueses reside predominantemente na influência e na mobilização. Essas realizam-se através do exercício

discursivo, seja na interação com os restantes órgãos de soberania (em particular, o Governo, e especialmente através do Primeiro-Ministro, com quem tem reuniões regulares), seja nas alocações públicas que realiza.

Tal exercício público concretiza-se em momentos-chave, marcados pela habitual pompa e circunstância: celebrações, inaugurações, acordos, etc. Mas também em ações promovidas pela Presidência junto de grupos profissionais e/ou sociais, ou com lógicas temáticas ou estratégicas específicas. É o caso do *corpus* textual analisado no presente estudo: trata-se de uma iniciativa presidencial, o “Roteiro para a ciência”, um conjunto de ações que integra a visita do Presidente a instituições de investigação e desenvolvimento, universidades, empresas, parques industriais, etc. Estas iniciativas, ainda que desenvolvidas em contextos limitados, adquirem a possibilidade de chegar à generalidade da população devido à cobertura mediática que sofrem.

1.2. A descrição verbal da iniciativa, presente no sítio da Presidência na *internet*, dá a ver a lógica subjacente. Pela análise dos mecanismos discursivos presentes (essencialmente questões de interdiscursividade, de modalização, de organização macro e microtextual), é possível identificar e descrever os objetivos comunicativo-pragmáticos que norteiam a iniciativa, a projeção do *ethos* do enunciador e a retórica que a assiste. Tal identificação e descrição será o objetivo global do presente estudo.

2. Corpus

2.1. Como foi referido acima, o *corpus* analisado neste estudo consiste na descrição da iniciativa presidencial “Roteiro para a ciência”, presente no sítio da Presidência da República na *internet*¹.

2.2. O texto que o leitor encontra não é enunciativamente assumido pelo Presidente. Trata-se de um texto despersonalizado, com apagamento do “eu”, mas nem por isso deixa de manifestar uma determinada visão do mundo e de construir um particular *ethos*. É predominantemente descritivo, mas nele se identificam sequências explicativas / divulgativas, com traços bem marcados do discurso típico da ciência e do ambientalismo.

¹ www.presidencia.pt

E, devido à sua contextualização, pode ser lido genericamente como “a palavra” do Presidente, visto ser por este autorizado.

2.2.1. Quando se refere a contextualização, há que assinalar que se configura aqui o ponto de vista da produção (o contexto de produção, definido essencialmente pela presença no sítio oficial da Presidência da República, com todo o peso de “texto oficial” que congrega) e o contexto de receção: trata-se de um texto destinado aos portugueses no seu todo, fazendo parte dos mecanismos de comunicação entre o Presidente e os cidadãos que o elegeram, e do exercício do poder pela palavra, como acima foi descrito. O seu espaço vital, ou o ecossistema onde este discurso se encontrará e debaterá com os outros discursos públicos, é a esfera pública nacional. Essa será a sua “comunidade de fala” (Couto, 2012: 114), para usar uma terminologia mais típica da ecolinguística.

3. A projeção do *ethos* presidencial

3.1. Foi já referido que este é um discurso com assumidos objetivos de intervenção na esfera pública e, portanto, para alcançar os seus objetivos, o locutor necessita de impressionar favoravelmente o seu auditório. Na retórica aristotélica, tais mecanismos são tratados no seio da tríade *logos*, *ethos* e *pathos*. Ou seja: para atingir os seus objetivos, o locutor deve usar argumentos válidos (o *logos*, o polo do discurso, que será tratado abaixo); deve ser capaz de chegar ao coração do alocutário (o *pathos*, o polo do auditório); e de projetar uma imagem de competência e confiança (o *ethos*, a imagem discursiva que o locutor dá de si²).

O *ethos* do locutor é construído em interação locutor-alocutário (Charaudeau, 2005³) e resulta de elementos de uma dupla entrada: uma dimensão prévia (prediscursiva⁴) e uma dimensão veiculada no discurso.

² “L’*ethos* est l’image que l’orateur construit de lui-même dans son discours afin de se rendre crédible” (Amossy, 2010 : 25).

³ “O *ethos*, enquanto imagem que se atribui àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva deste; é sempre a figura de que o reveste o interlocutor, a partir do que ele diz. O *ethos* resulta de um cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, o olhar do que fala sobre a forma como pensa que o outro o olha” (Charaudeau, 2005: 88, tradução nossa).

⁴ Ruth Amossy (2010) manifesta algum desconforto com a designação “prediscursiva”, justificando com a possibilidade de esta expressão poder sugerir erradamente que o *ethos* prévio é extralinguístico, por oposição ao *ethos* construído no discurso, que seria linguístico. De facto, a imagem prediscursiva decorre também, entre outros contributos, do interdiscurso, o conjunto de discursos que circula numa dada comunidade de fala.

3.2. Quanto à dimensão prévia, pode afirmar-se que o estatuto do locutor, o seu enquadramento institucional ou profissional, a sua reputação, a história discursiva que se lhe atribui, enfim, tudo quanto o seu alocutário pode convocar sobre ele contribui para a construção de uma imagem de base. O *ethos* prévio está associado a estereótipos profissionais ou sociais, é uma imagem contextual do ser real.

No caso presente, há que ter em consideração que a imagem do Presidente tem, naturalmente, uma forte dimensão institucional, acima sumariamente evocada. Espera-se que o mais alto magistrado da nação tenha os seus valores e o seu comportamento pautados pelos mais elevados padrões éticos e democráticos, de preservação do regime e de procura do bem comum.

Contudo, a imagem do Presidente não pode ignorar a figura do cidadão Aníbal Cavaco Silva. Esta não é unanimemente bem recebida. O atual Presidente foi, no passado, líder de um dos partidos políticos portugueses (o Partido Social Democrata), foi Ministro das Finanças e Primeiro-Ministro. Tem a sua legião de admiradores, mas também uma vasta coorte de críticos (como seria de esperar de uma figura pública no seu campo de atuação). E há que inscrevê-lo no mundo da política, com todas as implicações de construção de imagem que tal facto envolve.

Por outro lado, no caso presente, a imagem prévia é ainda afetada pelas expectativas associadas à figura de quem louva a ciência e se assume como defensor do ambiente. Tipicamente, a associação à ciência confere ao indivíduo credibilidade social. Além disso, o discurso público tende a favorecer quem se apresenta imbuído de intenções de teor ambiental, pois essa posição corresponde à do cidadão que se preocupa com a sustentabilidade da vida não só no presente, mas numa perspetiva de longo prazo; que incarna preocupações mais amplas do que os seus interesses pessoais; que dá mostras de solidariedade e mesmo de compaixão para com os outros indivíduos e com os restantes seres vivos; enfim, que põe em prática ações em favor da comunidade, mesmo com prejuízo pontual do seu conforto individual.

A imagem prévia do locutor é, então, marcada por estas circunstâncias e vai sendo continuamente remodelada, por incorporação de novos elementos.

3.3. Para a análise da construção do *ethos* discursivo, começar-se-á por assinalar que o início do texto explicativo deste “roteiro para a ciência” cita explicitamente o Presidente, para apontar cinco objetivos que a iniciativa persegue: valorizar os cientistas, apresentar bons exemplos como incentivo à sua replicação, promover uma mudança de atitude geral a favor da investigação e do desenvolvimento, favorecer uma cultura empreendedora e dar visibilidade a certos nichos de investigação. Esta definição de objetivos surge em discurso indireto.

Tais objetivos só podem ser positivamente valorados: todos correspondem a aspirações legítimas dos intervenientes nos processos científicos e empresariais e da sociedade. A posição do Presidente, reconhecendo o justo valor dos cientistas e incentivando os seus concidadãos a seguirem o “bom caminho” da prosperidade, fica enaltecida.

Identifica-se, aqui, a manifestação de uma dupla natureza do “eu”, que pode ocorrer como sujeito da enunciação ou como sujeito do enunciado (Benveniste, 1966; Amossy, 2010). Ou seja, a imagem do “eu” pode decorrer do *dito* (o que o locutor afirma explicitamente sobre si mesmo, assumindo-se como tema do seu próprio discurso), ou do *dizer* (o locutor revela-se nas modalidades do seu discurso, mesmo que não se refira a si – trata-se do *ethos* dito e do *ethos* mostrado). Neste caso, há a variante de o discurso do Presidente ser citado de forma indireta, mas não se deixa por isso de o mostrar. Não se trata, então, do *dito*, mas do *dizer*.

O discurso mostra o uso de um subjetivema axiológico (Amossy, 2010) no seguinte segmento:

(1) “(...) tendo por objetivo:

Valorizar o papel dos cientistas na abertura das novas vias do conhecimento, na concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e na afirmação internacional do nosso país. As mulheres e os homens da Ciência, aqueles que enveredaram por uma vida de muito estudo e de luta diária para romper as fronteiras do conhecimento são cruciais ao futuro de Portugal e merecem reconhecimento. Portugal precisa de conhecer os seus cientistas, de valorizar o seu papel e de estimar os serviços que prestam à comunidade”⁵

Assim, ainda que no discurso o locutor não se refira diretamente a si, dá a ver o seu quadro de valores (*ethos* mostrado): o “muito estudo”, o trabalho empenhado e sistemático

⁵ Todas as transcrições do *corpus* foram atualizadas para respeitarem o Acordo Ortográfico de 1990; em todos os exemplos apresentados, o sublinhado é nosso.

(referido na “luta diária”), a ousadia de ir mais longe no conhecimento e o facto de se colocar todo este esforço ao serviço do bem comum.

E, desta forma, de acordo com o que foi afirmado em 3.2, a imagem que se constrói do Presidente (o *ethos* construído) nesta descrição do “roteiro” é positivamente valorada, pois os objetivos pragmáticos do seu discurso prendem-se com um fazer-fazer socialmente reconhecido, seja de teor económico, ou de teor ambiental. Cruzam-se ainda dimensões de um fazer-saber, associado ao discurso da ciência.

4. Interdiscursividades

A par do *ethos* prévio, há que analisar como o discurso elabora na construção do *ethos* do Presidente, assinalando alguns dos pontos-chave de tal elaboração.

4.1. Em primeiro lugar, assinale-se o papel da interdiscursividade com o discurso científico. A voz da ciência está presente neste texto e é identificável por uma análise local (microtextual) assim como por uma análise global (macrotextual).

4.1.1. Ao nível lexical, é possível identificar no reportório interpretativo do texto em análise um conjunto de termos específicos e típicos da ciência (tanto das ciências naturais como da economia), como “produtos químicos, especialmente os organicamente persistentes”, com um valor semântico particular; siglas como “”I&D” ou PIB” (significando “investigação e desenvolvimento” e “produto interno bruto”, respetivamente), sem explicitação, facilmente identificadas por iniciados, mas não necessariamente por leigos; símbolos químicos como CO₂, sem mais descrição; estrangeirismos como “turnover”, “share” “stocks” ou “cluster”, igualmente familiares a indivíduos do campo científico mas não tão próximos do cidadão comum, entre outros exemplos.

4.1.2. Ao nível sintático, sobressai uma reiterada preferência por estruturas impessoais e pelo apagamento do agente, como pode verificar-se no segmento seguinte:

(2) “**A urgência** no combate a estes sinais de degradação ambiental, mas também de pobreza extrema nos países em vias de desenvolvimento, motivou a assunção, na Cimeira de Joanesburgo, em 2005, de um Plano de Ação Global, em torno das seguintes metas:

reduzir a metade, até 2015, o número de habitantes em situação de pobreza extrema; reduzir a metade, até 2015, o número de habitantes sem acesso a água potável e saneamento; restaurar, até 2015, os stocks de pescado em extinção; travar, até 2015, a perda de biodiversidade; eliminar, até 2020, os produtos químicos mais danosos para o ambiente e a saúde pública; dotar 0,7% do PIB à assistência aos países em vias de desenvolvimento”

Neste exemplo, verifica-se que há uma nominalização na primeira frase, surgindo como sujeito frásico “a urgência...”, sendo que esta não é senão a conclusão a que determinados indivíduos chegaram; indivíduos esses que se encontram ocultados pelo fenómeno sintático-semântico de apagamento do agente. Esta opção de construção sintática favorece uma “retórica da evidência” (Ramos, 2009) que confere força probatória intrínseca ao discurso⁶: aparentemente, as coisas e seus estados “são assim” e não há argumentos que possam opor-se aos factos. Tal construção encontra-se frequentemente no discurso científico, que procura ocultar as opções e as ações dos cientistas e tornar óbvios e visíveis os factos e os estados de coisas.

Noutros casos, a ocultação do agente decorre de usos impessoais da forma verbal:

(3) “O negócio do equipamento eólico já representa 8b€/ano a nível mundial (crescendo à taxa de 30% ao ano) e **estima-se** que venha a criar, até 2010, 1 milhão de novos postos de trabalho.”

No caso seguinte, um produto (um relatório do IPCC), com o traço semântico [-humano], surge na construção sintática como sujeito, e não os seus efetivos autores humanos:

(4) “**O 4º relatório do IPCC** – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, publicado em Fevereiro de 2007, **prevê** que as temperaturas globais aumentem entre 2 e 6,3 °C, até 2100 (estimado num intervalo de concentrações de gases com efeito de estufa entre 560 ppmv e 1200 ppmv) e ocorra uma subida do nível médio do mar de 22 a 58 cm.”

Estes vários casos exemplificam o que Goatly (2001) designa como “metáfora gramatical”, que o autor opõe a “discurso congruente”. Este ocorreria nos casos em que se verifica uma sintonia entre estruturas sintáticas e funções semânticas, aquela verificar-se-ia nos casos em que tal não aconteça. Assim, as ocorrências de um sujeito frásico

⁶ Cf.: Delavigne, 1994.

preenchido por um objeto (um “relatório”, por exemplo), ocultando o real agente produtor desse objeto (os cientistas que o elaboraram, por exemplo), corresponderiam a uma manifestação de tal metáfora gramatical. E este será, então, um recurso frequentemente utilizado pelo discurso da ciência, que procura evidenciar os factos em si e secundarizar o papel do investigador.

4.1.3. O mesmo segmento (4) permite exemplificar um outro recurso constitutivo do discurso da ciência enquanto tipologia (ou género) e que reside no mecanismo de citação. Neste caso, o relato surge em discurso indireto, com o verbo “prever” como “verbum dicendi” ou introdutor de discurso relatado. No texto em análise, ocorre igualmente relato em discurso direto, com as típicas aspas como marca identificativa. O facto de o texto evocar um enunciador anterior socialmente credenciado / reconhecido (“a comunidade científica”, “a Comissão Europeia”, “o 4º relatório do IPCC”, etc.) confere, naturalmente, credibilidade acrescida ao discurso.

4.1.4. Há ainda a assinalar como muito relevante o uso intenso de quantificações exatas, recurso típico do discurso da ciência, mas que adquire um valor retórico favorável à credibilização do conteúdo do “roteiro” – e, naturalmente, a ter um efeito conveniente sobre o *ethos* construído do locutor. O segmento (4), acima, serve de exemplo esclarecedor – aí se encontra a quantificação precisa dos graus, as medidas em centímetros, as “ppmv” (que só alguns leitores saberão corresponderem a “partes por milhão por volume”), as datas. Note-se que este uso na imprensa foi estudado por van Dijk, que descreve o seu funcionamento como “number games” (1988), uma estratégia destinada a credibilizar o discurso, pela afirmação implícita de exatidão, possibilidade de verificação independente⁷, honestidade intelectual, independência e isenção do enunciador.

4.1.5. Ao nível macrotextual, sobressai o uso de outro recurso comum nos textos científicos, em particular das ciências naturais associadas às questões ambientais: a

⁷ Correspondente ao que, em língua inglesa, é referido como “accountability”, uma palavra de difícil tradução para português.

presença de informação esquemática e visual – neste caso, imagens de gráficos, como o seguinte:

(5)

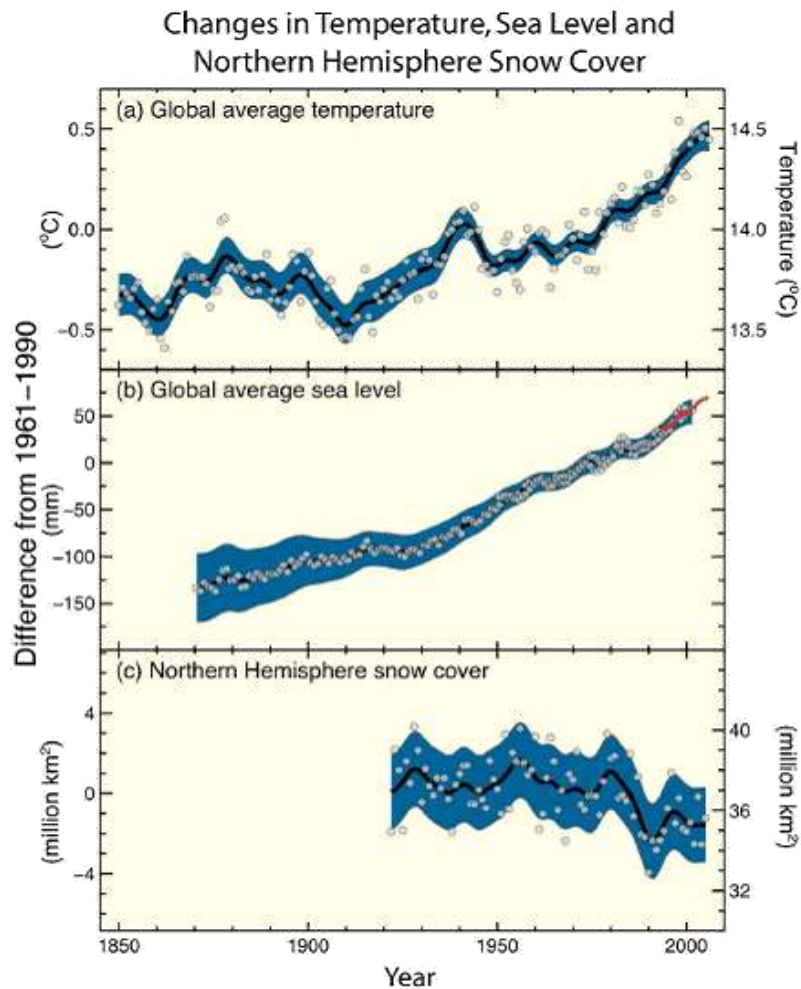


FIGURE SPM-3. Observed changes in (a) global average surface temperature; (b) global average sea level rise from tide gauge (blue) and satellite (red) data and (c) Northern Hemisphere snow cover for March-April. All changes are relative to corresponding averages for the period 1961-1990. Smoothed curves represent decadal averaged values while circles show yearly values. The shaded areas are the uncertainty intervals estimated from a comprehensive analysis of known uncertainties (a and b) and from the time series (c). {FAQ 3.1, Figure 1, Figure 4.2 and Figure 5.13}

Este uso de texto não compositivo permite literalmente mostrar modificações nos estados de coisas segundo determinados eixos e padrões, de forma consideravelmente mais económica e eficaz do que texto descritivo, além de colaborar na construção da objetividade acima referida.

4.1.6. Ao nível enunciativo e textual, note-se o uso repetido de reformuladores, como “isto é”, exemplificado pelo segmento seguinte:

(6) “Adquirindo a negociação do regime climático pós-2012 (**isto é**, depois do período de vigência do Protocolo de Quioto) a mais elevada relevância, vale a pena enunciar a posição negocial recentemente assumida pela EU”

Neste caso, o uso do reformulador permite verificar que o enunciador antecipa o discurso e a reação do leitor virtual, assim como o seu possível estranhamento face a uma formulação discursiva incompreensível ou duvidosa, num esforço e numa preocupação de didaticidade (o que configura um exemplo de “dialogismo interacional constitutivo” (Moirand, 1999)), ao parecer responder, num discurso monologal, às questões que o locutor prevê que surgirão ao seu alocutário. Trata-se, então, não tanto de uma marca do discurso da ciência, mas sobretudo de uma marca do discurso da divulgação científica.

4.1.7. Ainda ao nível da aproximação ao texto de divulgação científica, e com efeitos semelhantes aos descritos para o uso de reformuladores, verifica-se que uma parte do texto do “roteiro” é organizada em sequências de perguntas e respostas:

(7) “**2. Porquê uma Jornada dedicada às Tecnologias Limpas?**

2.1 O desafio do Desenvolvimento Sustentável

A comunidade internacional está hoje confrontada com a necessidade de enfrentar, com determinação, os sinais de insustentabilidade ambiental que comprometem a qualidade de vida das gerações futuras (...)

2.2 A liderança europeia

O esforço e, diga-se em abono da verdade, a liderança europeia em torno do desenvolvimento sustentável (de modo a equilibrar os vetores ambiente, economia e bem-estar-social) tem assentado (...)

2.3 Tirar partido, em Portugal, das oportunidades das tecnologias limpas

Apesar dos progressos realizados, Portugal ainda apresenta alguns indicadores preocupantes, na área do ambiente, da energia e (...)

Como pode verificar-se pelo segmento (7), a organização textual simula a sequência conversacional básica de pergunta-resposta, provavelmente tornando o texto mais acessível ao leitor que, em princípio, poderá identificar-se com a pergunta avançada pelo

próprio enunciador e encontrar as respostas alinhadas em múltiplos pontos, confirmando o referido “dialogismo interacional constitutivo” (Moirand, 1999).

4.1.8. Finalmente, neste elencar de aspetos mais salientes de interdiscursividade com o discurso da ciência, há a sublinhar a própria lógica subjacente à organização retórica. Na secção em que faz a descrição das alterações climáticas e que as descreve como “o desafio do século XXI”, o texto percorre um breve historial para fazer tal descrição, não se limitando a explicações sincrónicas:

(8) “2.3 Alterações Climáticas – o desafio do século XXI

São **cada vez mais** visíveis os sinais que apontam para a inexorabilidade da mudança climática:

- A concentração de gases com efeito de estufa (GEE) é **hoje** de 425ppmvCO₂eq, isto é, a maior **dos últimos 450 000 anos**.
- **No século XX**, a temperatura média global aumentou (...)
- Da série dos 12 anos mais quentes (...), **desde que existe registo histórico (1850)** (...)
- Tem-se verificado que (...) **entre 1994 e 2003** ocorreram 3 vezes mais catástrofes climáticas do que nos **anos 60**; o nível do mar aumentou entre 10 a 20cm **nos últimos 100 anos**. (...)
- **Em 2005**, o Protocolo de Quioto (...).
- **Em 2006**, foram publicadas (...)
- Em **janeiro de 2007** (...)
- Em **fevereiro de 2007** (...)
- **Recentemente** (...)”

Os elementos assinalados manifestam a inscrição das observações numa linha cronológica, evocando um tempo muito remoto e encerrando esta sequência com marcos temporais do passado recente. São observações deste tipo que permitem aos cientistas elaborar “recalibrações temporais” (Harré *et al.*, 1999), fazendo previsões que não se confundem com simples “adivinhações” ou profecias de inspiração metafísica, mas que são sustentadas por métodos científicos. Assim, a retórica do texto encontra-se fortemente apoiada numa lógica e num discurso próprios da ciência. Estes vão autorizar o “roteiro” a realizar atos diretivos não impositivos como os que se encontram expressos nos objetivos, já enunciados, nomeadamente os de incentivo a adotar um determinado comportamento e um determinado rumo empresarial.

4.2. Há que assinalar como relevante, por outro lado, a interdiscursividade com o discurso ambiental.

4.2.1. Tal como no caso da interdiscursividade com o discurso da ciência, também neste caso é possível identificar no texto dos “roteiros” marcas ao nível do léxico típico do ambientalismo, designadamente neologismos (nomeadamente, com o prefixo *eco_* e *bio_*) e estrangeirismos, como “ecológico”, “ecoinovações”, “ecoeficiência”, “biodiversidade”, “biocombustíveis”, “biomassa”, “biodiesel”, “greening da economia”, “green public procurement” ou “economia ‘low carbon’”.

4.2.2. Contudo, considerando que o ambientalismo (o acervo de discursos sobre o ambiente construído com base numa memória interdiscursiva comum ou lugar de cruzamento de enunciados, na expressão de Moirand, 1999) é um espaço de confluência de múltiplos discursos especializados que transitam para a esfera pública, é possível identificar termos específicos que sofrem frequentemente deslizamentos semânticos e/ou pragmáticos.

Esse poderá ser o caso de um termo-chave do discurso e do pensamento ambiental, a fórmula “desenvolvimento sustentável”⁸, que ocorre no texto em análise por seis vezes, assumindo relevo incontornável. O termo em si surgiu no chamado “Relatório Brundtland” (1987) e o seu conteúdo assenta em três pilares com saliência semelhante: o ambiental, o económico e o social. Assim, um desenvolvimento só será sustentável se responder às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras responderem às suas, considerando a preservação ambiental, o equilíbrio social e o progresso económico.

E, de facto, o discurso do “roteiro” considera estes três pilares. Contudo, em alguns momentos, parece poder encontrar-se uma sobrevalorização do pilar económico face aos restantes, como no segmento seguinte:

(9) “Assim, no âmbito deste, irreversível, processo de “greening” da economia, a questão não é a de cumprir ou não cumprir as referidas metas, instrumentos e legislação mas antes saber como cumprir, a que custo queremos cumprir e que **oportunidades** queremos gerar.

⁸ Sobre a noção de “fórmula” em Análise do Discurso e o estudo de “desenvolvimento sustentável” como tal, veja-se Krieg-Planque, 2009 e 2010.

A promoção do ambiente e do bem-estar social são, nesta equação do **desenvolvimento sustentável**, um fim em si mesmo mas também um meio para fomentar o **crescimento económico**.”

Assim, ainda que afirme que o pilar ambiental e o social são fins em si mesmos, o discurso não deixa de salientar que abrem oportunidades em termos económicos.

Eventualmente, esta afirmação poderia ser mais ou menos anódina e politicamente correta. Porém, uma atenção apurada às ocorrências do termo “oportunidade(s)” parece ser reveladora de uma conceção tendencialmente economicista de desenvolvimento sustentável. Os segmentos seguintes podem justificar tal afirmação:

(10) “O processo de greening da economia baseia-se na progressiva internalização, na economia, das verdadeiras externalidades ambientais dos produtos e dos processos. É esta internalização dos custos ambientais na economia que pode contribuir para que comprar verde passe a constituir um direito e não um luxo e vender verde uma **oportunidade de negócio** e não um obstáculo ao desenvolvimento”

(11) “Portugal não pode ficar para trás face às **oportunidades** geradas pelas tecnologias ambientais.

A ecoeficiência e a aposta nas tecnologias limpas assumem-se, de facto, como uma **oportunidade económica**, proporcionando, não apenas, eficiência no cumprimento das, cada vez mais exigentes, normas ambientais mas também a criação de novas empresas e empregos em novos mercados de ponta.

A indústria ambiental emprega atualmente, na EU, mais de 2 milhões de pessoas e espera-se que, a nível mundial, em 2010, o volume de negócios na área do ambiente atinja os 750 000 milhões €.”

(12) “Em Portugal, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), estão disponíveis mais de 6000 milhões de euros de investimento privado nas energias renováveis até 2010.

Mas estas **oportunidades** não se situam, apenas, no sector da energia. O Ministério do Ambiente estima, no PEAASAR II, serem necessários 5000 milhões de euros, entre 2007 e 2013, de investimentos na área do abastecimento de água e saneamento básico”

A reiterada associação entre as “oportunidades” geradas por uma vida social mais verde e a economia (investimento, criação de empresas e de empregos, captação de fundos privados, comunitários e/ou públicos) robustece a importância reconhecida ao pilar económico, enfraquecendo o ambiental e mesmo o social, relativamente aos quais muito pouco é dito. Enquanto ao nível económico são enumerados exemplos concretos, aos restantes níveis o discurso é consideravelmente mais vago, e isso acontece de modo sistemático.

Este uso da fórmula “desenvolvimento sustentável” na esfera pública, com um valor semântico tendencialmente diferente do original, pode colaborar no redesenho do seu semantismo, que se aproximará cada vez mais de um estado de coisas suportado no pilar económico e menos nos restantes pilares.

Por outro lado, tal uso pode fragilizar o *ethos* construído do Presidente, se surgir a acusação de estar usando terminologia “verde” só para fazer passar mensagens de teor económico, sem real reflexo de preocupações integrais e equilibradas de desenvolvimento. Nesse caso, estaríamos perante um exemplo do que tem vindo a ser designado como “greenwashing”, um tipo de manipulação que recorre ao discurso tipicamente pró-ambiental com objetivos enviesados.

4.2.3. Sendo profundamente marcado por algumas das características do discurso da ciência, este texto do “roteiro” é igualmente um discurso que procura estratégias de autorização, com apagamento do agente, uma sintaxe própria e uma retórica da evidência, marcas já acima identificadas.

4.2.4. Contudo, há que apontar neste texto um traço fortemente produtivo na identificação do ambientalismo: o seu carácter catastrofista. O seguinte segmento, já parcialmente recortado do *corpus*, ilustra-o:

(13) “São cada vez mais visíveis os sinais que apontam para a **inexorabilidade** da mudança climática:

- A concentração de gases com efeito de estufa (GEE) é hoje de 425ppmvCO₂eq, isto é, **a maior dos últimos 450 000 anos**.

(...)

Tem-se verificado que: os rios congelam, em média, 6 dias mais tarde e descongelam 7 dias mais cedo; estamos em presença de alguma migração anómala das aves; a calote polar Ártica diminuiu de 3m para 1,5m, nos últimos 20 anos; entre 1994 e 2003 ocorreram 3 vezes mais **catástrofes climáticas** do que nos anos 60; o nível do mar aumentou entre 10 a 20 cm nos últimos 100 anos”

Os termos assinalados manifestam a modalização operada pelo discurso, dando sentido (um certo sentido, aquele que é perseguido pelo enunciador) aos valores quantitativos que, por si, apontam também para realidades extremadas, oferecendo à interpretação um estado de coisas caracterizado por um alto grau de dramatismo.

Esta dramatização contribui para o relvoo do discurso oriundo da Presidência e confere ao enunciador um *ethos* socialmente valorizado: o Presidente mostra-se preocupado, atento, disponível para os problemas da sociedade portuguesa, numa perspetiva não imediatista ou eleitoralista, e assume um papel fortemente interventivo face aos sérios problemas.

5. Em conclusão: autoridade e diretividade, ou imagem e poder

Em breve conclusão, sublinhar-se-á que os objetivos do Presidente que assistem à realização do “roteiro” são claramente de orientação diretiva não impositiva, como acima já foi afirmado. Acrescentar-se-á que a realização eficaz de atos diretivos depende de um conjunto de condições de felicidade, nomeadamente o reconhecimento ao enunciador de algum tipo de autoridade.

Neste caso, não sendo depositário do poder executivo, não podendo simplesmente legislar ou obrigar os cidadãos a adotar um determinado comportamento (ou seja, não podendo assumir uma posição de força), o Presidente procura argumentar e persuadir, buscando a autorização em fundamentos científicos (ou não fosse este um “roteiro para a ciência”), que lhe conferem credibilidade ao nível do *logos*, e em critérios de pendor ambiental, predominantemente associados ao *ethos*, consentindo que o seu discurso seja permeável ao vocabulário, à estrutura sintática, aos modos de organização textual e à lógica destes campos discursivos. A construção de um *ethos* positivamente avaliado é imprescindível para a sua aceitação pública e para a sua capacidade de mobilização: o poder da sua palavra depende da eficácia da sua imagem discursiva.

O discurso presidencial testemunha a forte imbricação entre ambientalismo e discurso da ciência (especialmente das ciências naturais, mas também da economia). Num roteiro dedicado à ciência como promotora de desenvolvimento, o texto não afasta as conceções de desenvolvimento reclamadas pelos ambientalistas, procurando mostrar que economia e ecologia não são opostas entre si. Não deixa de manifestar, contudo, uma hierarquia que, numa leitura benévola, será normal e desejável, ou, numa leitura malévola, corresponderá a um exercício de “greenwashing” que poderia colocar em causa a imagem construída do Presidente.

Em qualquer caso, a descrição deste “roteiro” confirma a presença transversal do ambientalismo como discurso público dominante (Jung, 2001) na sociedade portuguesa contemporânea.

6. Referências

- Amossy, R. (2010) *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF.
- Benveniste, E. (1966) *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Gallimard.
- Charaudeau, P. (2005) *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert
- Couto, H. (2012) *O Tao da linguagem. Um caminho suave para a redação*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Delavigne, V. (1994) "Les discours institutionnels du nucléaire. Stratégies discursives d'euphorisation". *Mots*, n° 39, pp. 53-68.
- Harré, R., Brockmeier, J. e Mühlhäusler, P. (1999) *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*. Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage.
- Jung, M. (2001) "Ecological Criticism of Language". In A. Fill e P. Mühlhäusler (Eds.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. London / New York: Continuum, pp. 270-285.
- Krieg-Planque, A. (2009) *La notion de formule en analyse du discours : cadre théorique et méthodologique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- Krieg-Planque, A. (2010) "La formule 'développement durable': un opérateur de neutralisation de la conflictualité". *Langage et société*, n° 134, pp. 5-29.
- Moirand, S. (1999) "Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire". *Cahiers de praxématique*, 33, pp. 145-184.
- Ramos, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Ramos, R. (2011) "Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa". *Revista Galega de Filoloxia*, 12, pp. 155-176.
- Ramos, R. (2012) "Editoriais de edições especiais 'verdes' na imprensa periódica portuguesa contemporânea. O caso da revista 'Visão'". *Caderno Seminal*, 18, pp. 186-200.
- Ramos, R. e Carvalho, A. (2008) *Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change*. In L. Dam, L.-L. Holmgren e J. Strunck (Eds.) *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 223-247.
- van Dijk, T. (1988) *News as discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.